
A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO SISAL NO ESTADO DA BAHIA: UM RETRATO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

*The family farming in the Territory of Sisal in the state of Bahia: a picture from the
2017 Agricultural Census*

Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes

Graduado em Administração. Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB).
Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável (UNIOESTE/PPGDRS). Professor do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Estrada Vicinal de Aparecida,
s/n, Serrinha, Bahia, Brasil. CEP: 48.700-000. E-mail: mrcaetano@yahoo.com.br

Geusa da Purificação Pereira

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas. Doutora em Extensão Rural. Professora da Universidade
Federal de Sergipe (UFS) – *Campus* do Sertão. Rodovia Engenheiro Jorge Neto, km 3, Silos, Nossa
Senhora da Glória, Sergipe, Brasil. CEP: 49.680-000. E-mail: geusapereira@hotmail.com

Armin Feiden

Engenheiro Agrônomo e Zootecnista. Doutor em Agronomia. Professor da Universidade
Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). R. Pernambuco, 1777, Centro, Marechal Cândido
Rondon, Paraná, Brasil. CEP: 85.960-000. E-mail: armin.feiden@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a conjuntura sociopolítica e ambiental-produtiva da agricultura familiar do Território do Sisal, no estado da Bahia. Para o alcance desse objetivo, foram extraídos e sistematizados dados do Censo Agropecuário 2017, oriundos do IBGE, visando identificar, caracterizar e apresentar informações relativas aos temas e categorias estabelecidas no objetivo deste artigo. Dessa forma, além de apresentar um panorama da agricultura familiar de uma região essencialmente rural, buscou-se consolidar um conjunto de dados que possibilite conhecer tal realidade após a divulgação do Censo Agropecuário 2017. Os resultados revelam que ainda existem limitações socioprodutivas na agricultura familiar do Território do Sisal, sendo reforçadas pela persistente pobreza e pela desfavorável trajetória socioeconômica e agrária, embora o local apresente atividades agrícolas e pecuárias diversificadas, mesmo desenvolvidas sobre a semiaridez. Desse modo, as realidades observadas em conjunto com a revisão de literatura revelam a necessidade de criar estratégias endógenas capazes de impulsionar recursos territoriais voltados ao fortalecimento de agroecossistemas sustentáveis. Cabe fortalecer investimentos públicos e a ATER, haja vista a capacidade de determinadas políticas estimularem a agricultura familiar frente às ameaças da insegurança alimentar e nutricional, à pobreza rural, ao capital hegemônico e aos eventos climáticos que têm assolado a humanidade neste século.

Palavras-chave: agricultura familiar; Bahia; Território de Identidade; diversificação produtiva.

Abstract: The objective of this work is to analyze the sociopolitical and environmental-production conjuncture of family farming in the Territory of Sisal, in the state of Bahia. To achieve this objective, data from the 2017 Agricultural Census from IBGE were extracted and systematized, to identify, characterize and present information related to the themes and categories established in the objective of this article. Thus, in addition to presenting an overview of family farming in an essentially rural region, we sought to consolidate a set of data that allows us to know this reality after the disclosure of the Agricultural Census 2017. The results reveal that there are still socioproductive limitations in family agriculture in the Territory of Sisal, being reinforced by persistent poverty and unfavorable socioeconomic and agrarian trajectory, although it presents diversified agricultural and livestock activities, even developed on semi-aridity. Thus, the realities observed in conjunction with the literature review reveal the need to create endogenous strategies capable of boosting territorial resources aimed at strengthening sustainable agroecosystems. It is worth strengthening public investments and ATER, given the capacity of certain policies to stimulate family agriculture in the face of threats of food and nutritional insecurity, rural poverty, hegemonic capital and climate events that have pladed humanity in this century.

Keywords: family farming; Bahia; Identity Territory; productive diversification.

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais que se apresentam à sociedade contemporânea. Alguns desses desafios emergem no campo da agricultura, uma vez que as mudanças climáticas, a fome e a pobreza rural têm pressionado os condicionantes de vida da agricultura familiar. Essas questões tornam-se mais desafiadoras em comunidades rurais que se encontram em regiões semiáridas, considerando que essas localidades já experimentam graves impactos socioambientais provocados pelos intensos ciclos de redução das chuvas, pela marginalização por parte do Estado, bem como pelo baixo dinamismo econômico (Silva, 2006; Ventura; Fernández; Andrade, 2013). Portanto, os efeitos adversos das transformações no mundo neste século recaem com maior vigor sobre grupos sociais que coexistem com determinadas especificidades naturais, a exemplo do povo sertanejo que vive sobre o chão do bioma Caatinga.

Muitas das particularidades socioeconômicas e ecológicas do semiárido são determinantes para a capacidade de organização sociopolítica e agroecossistêmica da agricultura familiar. Pressionada pela crescente urbanização, concentração de terras e, sobretudo, pela conjuntura dos impérios alimentares que avançam sobre os territórios rurais, a agricultura familiar do sertão tem uma trajetória marcada pela constituição de vastas propriedades de gado (Maciel; Pontes, 2015), pelo clientelismo político (Lima; Coelho Neto, 2017) e pela convivência com indicadores desfavoráveis de renda, educação e segurança alimentar.

Na Região Nordeste, o estado da Bahia detém a maior quantidade de municípios na região semiárida, bem como apresenta grande representatividade da agricultura de base familiar, haja vista que é o estado com o maior número de estabelecimentos rurais familiares no país, com 593.411 (IBGE, 2019). Objeto deste estudo, o Território do Sisal, localizado na região semiárida e a nordeste do estado da Bahia, conta com 7,6% do total dos estabelecimentos familiares do estado (IBGE, 2019), detendo especificidades socioprodutivas marcantes, tendo em vista a diversificação de atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas por um conjunto de agricultores familiares que apresenta fragilidades econômicas, restrições hídricas e estruturais nos estabelecimentos rurais familiares.

Nesse território, os agricultores familiares buscam superar as dificuldades a partir da constituição de iniciativas de organização social, tais como associações, cooperativas, grupos de produção, entre outras, as quais buscam, dentre outros aspectos, contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural e para a luta pela inclusão social e produtiva. Entre as experiências, destaca-se “[...] o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisa-leira da Bahia (Codes Sisal), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisa-leira (Apaeb) de Valente e a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia Ltda. (Sicoob Coopere)” (Silva, 2016, p. 151).

A face da agricultura familiar brasileira é bastante heterogênea e, portanto, conhecer a realidade da agricultura familiar do Território do Sisal nos possibilita perceber os limites e analisar as práticas que estão imersas nas atividades desenvolvidas por esses atores, considerando que estamos a discorrer sobre a agricultura familiar de um território que detém uma dinâmica própria, uma conjuntura cotidiana pautada na semiaridez e particularidades socioeconômicas que reforçam uma modesta condição de vida da população nesse território.

É nesse sentido que este artigo tem como objetivo analisar a conjuntura sociopolítica e ambiental-produtiva da agricultura familiar do Território do Sisal, no estado da Bahia. Para tanto, apoiou-se, fundamentalmente, no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), com base no Censo Agropecuário 2017, reconhecendo que o Censo Agropecuário é um instrumento indispensável para subsidiar dados e informações atuais que possam retratar um panorama (a realidade) da agricultura familiar.

Optamos ainda por privilegiar um debate interdisciplinar que contemple desde a caracterização da agricultura familiar do território até as experiências teóricas e empíricas sobre o objeto aqui proposto. Portanto, este estudo utilizou-se de literatura específica visando contribuir para algumas das abordagens desenvolvidas, já que este artigo está compreendido a partir de uma análise não exclusivamente agrícola.

Além desta primeira seção de introdução, este trabalho está organizado em mais quatro seções. Na seção dois, apresentamos um referencial teórico sobre a região semiárida. Em seguida, na seção três, discorremos sobre a organização metodológica deste estudo. Já na seção quatro, analisamos os dados estatísticos do Censo Agropecuário 2017 para o Território do Sisal, iniciando a partir de uma caracterização da agricultura familiar do território e, em seguida, desenvolvemos uma análise sobre: o contexto produtivo, as práticas de cultivo agrícola e o manejo da vegetação natural, as rendas, redes, políticas públicas e a infraestrutura, observando ainda sobre a disponibilidade de recursos hídricos. Por fim, na quinta e última seção (considerações finais), estabelecemos uma análise geral do estudo, apontando os limites e alguns caminhos quanto aos desafios observados.

2 ESPAÇO SOCIAL E PARTICULARIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SEMIÁRIDA

Fundamental para o Brasil, a agricultura familiar passa a ser incluída na agenda pública a partir da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 (Grisa; Schneider, 2014). Essa categoria desempenha um importante papel para o desenvolvimento do país e está diretamente relacionada à segurança alimentar e nutricional, à preservação da agrobiodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais, com grande potencial para a geração de postos de trabalho.

Além disso, o modelo de produção da agricultura familiar também representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, sobretudo, quando combinado com políticas específicas voltadas à promoção da autonomia do agricultor, reafirmando sua identidade, a proteção social e o bem-estar das comunidades, ao contribuir para a promoção do desenvolvimento rural através da agroecologia (Lopes, 2022).

Há, contudo, uma particular importância em perceber o semiárido para além de uma terra pobre ou improdutivo. Maciel e Pontes (2015) apontam para a necessidade de conhecer “os sertões, as caatingas”, uma vez que o semiárido brasileiro apresenta conformações biodiversas únicas. Destaca-se ainda o papel dos sujeitos sociais enquanto importantes agentes para fomentar estratégias de convivência com o semiárido. Por outro prisma, os espaços rurais do Nordeste brasileiro foram reduzidos ao agrícola, reproduzindo na opinião pública uma concepção de atraso do semiárido. Nesse sentido, Aquino *et al.* (2020) observam que isso reforça um deteriorado quadro socioeconômico que ainda não foi superado, pressionando a agricultura familiar a se manter empobrecida, já que o clientelismo político se torna um instrumento de dominação política em regiões vulnerabilizadas pelo Estado.

Abrangendo 1.262 municípios¹, que vão desde o norte de Minas Gerais a todos os estados da Região Nordeste, o semiárido abriga pouco mais de 13% da população brasileira, distribuídos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), com precipitação pluviométrica média anual inferior a 800mm e com risco de seca maior que 60% (Brasil, 2021).

Muitas são as vulnerabilidades existentes no semiárido brasileiro, ainda marcado por uma população rural pobre e com baixos índices de desenvolvimento humano. Essas aferições estão expostas em alguns importantes indicadores (sociais, econômicos e ambientais, por exemplo), que

¹ Foi aprovada em dezembro de 2021 a proposição 151/2021, elaborada pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que trata da nova delimitação da região semiárida (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-condel/sudene-n-150-de-13-de-dezembro-de-2021-370970623>).

persistem numa relativa estagnação. A esse respeito, Silva *et al.* (2020, p. 317) afirmam que “as duradouras heranças históricas da formação social do Semiárido, baseada na concentração das riquezas e na máxima exploração da mão de obra, permanecem explícitas nos indicadores sociais, mesmo tendo havido melhorias recentes”.

As severas características edafoclimáticas do semiárido, denominado de “polígono das secas”, afetam diretamente a conjuntura socioeconômica, intensificada, em grande medida, pelo desmantelamento de políticas públicas voltadas à superação dos desafios econômicos, sociais e produtivos nessa região, sobretudo, a partir de 2016. No âmbito federal, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)², configurou uma significativa perda para a agricultura familiar do país. Com a extinção do referido ministério, houve uma série de rupturas, descontinuidades e/ou limitações de diferentes políticas públicas, com destaque para a redução do orçamento voltado à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (Grisa, 2018; Niederle *et al.*, 2021).

Na Bahia, a análise comparativa realizada por Alves (2021) entre os relatórios anuais de execução do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e 2016-2019, evidenciou que houve “[...] uma considerável redução dos investimentos em programas oriundos do governo federal para a agricultura familiar baiana” (p. 84), o que reverberou, conseqüentemente, na redução do orçamento estatal para programas como o Garantia Safra e o Pronaf, que tiveram queda significativa em número de contratos e adesões, respectivamente. Respalhando esse contexto, há um farto aporte científico e estatístico que tem demonstrado os desafios enfrentados pelas populações rurais das regiões semiáridas, tendo em vista que ainda prevalece a subordinação de trabalhadores e trabalhadoras rurais ao capital agropecuário, fortalecida pelas dinâmicas econômicas da agricultura industrial e pelo avanço da financeirização na agricultura, que não tem encontrado muita resistência para se consolidar.

Por outro lado, cabe reforçar que as alcunhas de “ambiente inóspito” ou “desertos” não combinam com a região, haja vista que 37% da agricultura familiar de todo o país está presente no semiárido (IBGE, 2019), e desmistificar a “Caatinga” implica demonstrar suas potencialidades, mesmo diante dos cenários adversos que a cercam. Dados têm revelado que, em grande parte, “a economia agropecuária no Semiárido é caracterizada pelo modelo de produção da agricultura familiar, cuja finalidade principal (não exclusiva) é o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor” (Silva *et al.*, 2020, p. 317). Trata-se, assim, de uma agricultura integrada a uma territorialização alimentar capaz de atender a parte das demandas agroalimentares dos próprios agricultores e ainda abastecer os mercados internos.

Os circuitos curtos de comercialização e a organização coletiva da agricultura familiar tornam-se importantes estratégias, seja porque os mercados institucionais colaboram para fortalecer as atividades produtivas, seja pelo fato de as cooperativas da agricultura familiar contribuírem “[...] para o desenvolvimento das comunidades rurais, valorizando uma perspectiva territorial e sustentável” (Anjos *et al.*, 2020, p. 99), sobretudo, em territórios marginalizados pelas economias globais.

Em muitos lugares, as cooperativas têm atuado sob um regime econômico solidário, conferindo à agricultura familiar uma atuação em rede fundamentada a partir de uma perspectiva territorial, com resgate de práticas culturais locais, sem deixar de lado a importância da produção de alimentos. Porém, essa condição não é percebida na maior parte dos estabelecimentos rurais familiares do semiárido, considerando o baixíssimo percentual de agricultores familiares associados a cooperativas nessa região (cerca de 1,2%) (IBGE, 2019).

A complexa realidade da região semiárida carrega em si um traço da rusticidade da sua paisagem e um emblemático contexto histórico-social de lutas, negado pela homogeneização do discurso político sobre o sertão nordestino. As contradições percebidas no semiárido são marcadas para além da questão das secas, já que “a política que vigorou na região Nordeste esteve voltada

2 O MDA foi extinto em 2016 e recriado em 2023 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo, agora, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

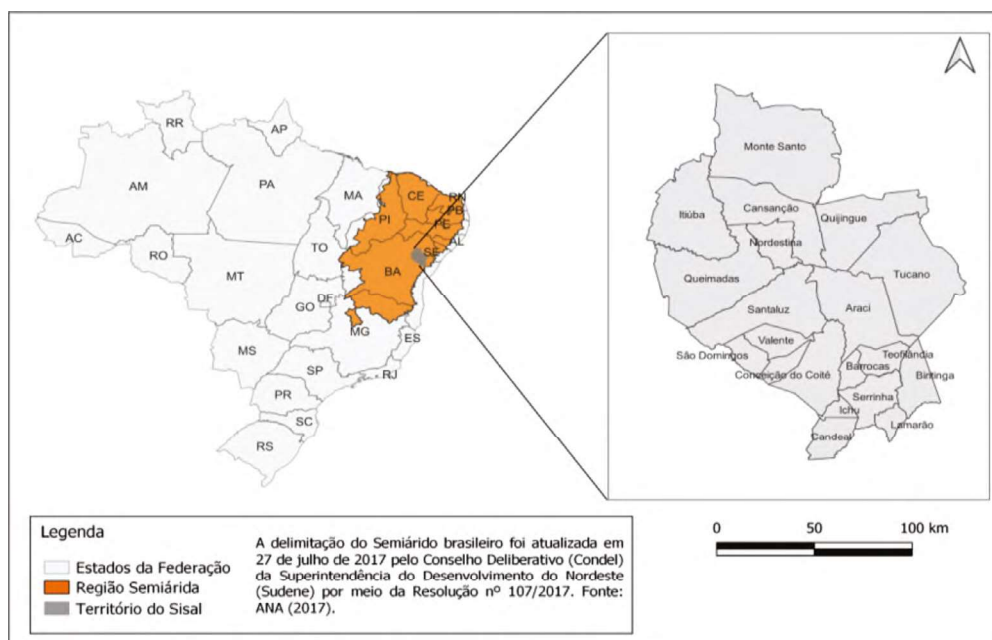
majoritariamente para os interesses das oligarquias, fato que orientou por muito tempo, o direcionamento das políticas públicas no semiárido” (Pereira, 2020, p. 69-70).

Mas esses estigmas que persistem ao longo dos anos no semiárido não devem ocupar um plano absoluto nesse contexto, considerando que mesmo sob a guarda do “fenômeno das secas”, o semiárido detém particularidades sociais, produtivas, ambientais e políticas distintas, que marcam uma trajetória de resistência em torno da capacidade das “agriculturas familiares” produzirem e se reproduzirem. Torna-se, assim, fundamental analisar as particularidades dos territórios que ocupam a região semiárida, considerando que múltiplas dimensões influenciam diretamente as dinâmicas locais, resultando em eventos que afetam sobremaneira a vida e as perspectivas futuras de cada lugar. Isso porque “o território está diretamente vinculado aos ecossistemas e às sociedades locais, com singularidades que podem sustentar empírica e popularmente o dito paradigma, a ser produzido com as gentes e para elas, desde cada território, em cada relação espaço-tempo” (Saquet, 2019, p. 6).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A delimitação da área de estudo concentra-se no Território do Sisal, localizado no semiárido da Bahia, ocupando uma área de 20.405 km², o que equivale a aproximadamente 3,6% do território do estado. Esse território é constituído administrativamente por 20 municípios (ver Figura 1): Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (Sei, 2017).

Figura 1 – Localização geográfica do Território do Sisal, Bahia



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Este estudo foi desenvolvido com base em dados secundários extraídos dos resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, para a obtenção das informações, utilizou-se o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). O recorte empregado neste artigo utilizou como parâmetro a Lei 11.326/2006, que estabelece critérios para classificar agricultores familiares a partir das relações de parentesco, tamanho da propriedade e mão de obra predominante.

A fim de atender ao objetivo deste estudo, foram definidos dois principais indicadores: sociopolítico e ambiental-produtivo, justamente para destacar as dinâmicas estabelecidas entre as questões que envolvem os sujeitos, o Estado e as organizações e perceber o contexto produtivo no ambiente natural.

Desse modo, o indicador sociopolítico está subdividido em dois importantes aspectos: *social* e *político*. O primeiro descreve o perfil geral da agricultura familiar, envolvendo a análise do número e área dos estabelecimentos, condição do produtor em relação às terras, gênero, raça, escolaridade, renda e pessoal ocupado. O segundo, o aspecto político, aborda a conjuntura política dos agricultores familiares, condição importante para sua autonomia, observando a associação desses sujeitos a cooperativas ou outras entidades de classe, bem como quanto ao acesso à orientação técnica, crédito e financiamento.

Já no indicador ambiental-produtivo, procurou-se compreender as características referentes aos aspectos *produtivos* (atividade agrícola e pecuária, extração vegetal e infraestrutura) e *ambientais* (práticas de cultivo agrícola, manejo da vegetação natural e disponibilidade de recursos hídricos), analisando as práticas agrícolas e a relação dos agricultores com o ambiente natural.

Busca-se, a partir desses indicadores e suas respectivas categorias, evidenciar os desafios que ainda pressionam a agricultura familiar do Território do Sisal, observando questões que vão além dos aspectos produtivos, já que os sistemas agroalimentares da agricultura familiar estão conformados sob múltiplas dinâmicas e suas interações. Desse modo, a escolha desses indicadores compreende: i) a importância em analisar os condicionantes sociais e agrários que, em alguma medida, impõem restrições à reprodução de vida dos agricultores, bem como a percepção a respeito da (in) disponibilidade de infraestrutura, podendo revelar determinadas carências e os limites impostos às unidades de produção (Machado, 2020); ii) a possibilidade em discorrer sobre o acesso às políticas, enquanto condição para o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios (Velloso; Valadares; Souza, 2007; Anjos *et al.*, 2020; Lopes, 2022); iii) as variáveis do componente produtivo, sendo uma dimensão fundamental para a reprodução dos meios de vida e por considerar a relação da agricultura familiar com o ambiente natural (Maciel; Pontes, 2015).

Assim, após a coleta dos dados, eles foram sistematizados e agrupados em tabelas e organizados por categorias, visando subsidiar a análise. Em alguns casos, procedeu-se a combinação das variáveis a fim de observar algumas possíveis relações entre os indicadores. A análise foi desenvolvida a partir de estatística descritiva com auxílio do Excel.

4 UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E PRODUTIVA-AMBIENTAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERITÓRIO DO SISAL

4.1 Quem são os agricultores familiares do Território do Sisal?

De acordo com o Censo Demográfico, realizado em 2010, a população total do Território do Sisal era de 582.329 habitantes – destes, 42,8% residiam nos centros urbanos, e 57,2% no meio rural. Ainda segundo o Censo Demográfico 2010, a projeção para o ano de 2020 era de 610.252 habitantes (IBGE, 2010). Com relação à renda, os dados do Censo Demográfico 2010 indicam que o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas no território era de R\$ 534,39. Para o mesmo período, a proporção da população em extrema pobreza era de 24,7% (Sei, 2016, 2017).

Dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam que na região semiárida existem 1.835.535 milhões de estabelecimentos agropecuários, entre os quais, 1.446.842 (78,8%) são caracterizados como de agricultura familiar. Em se tratando do Território do Sisal, nessa região há 57.818 estabelecimentos agropecuários, sendo que 45.065 são caracterizados enquanto agricultura familiar (77,9%) e 12.753 (22,1%) como não familiar (IBGE, 2019). No que se refere à área total dos esta-

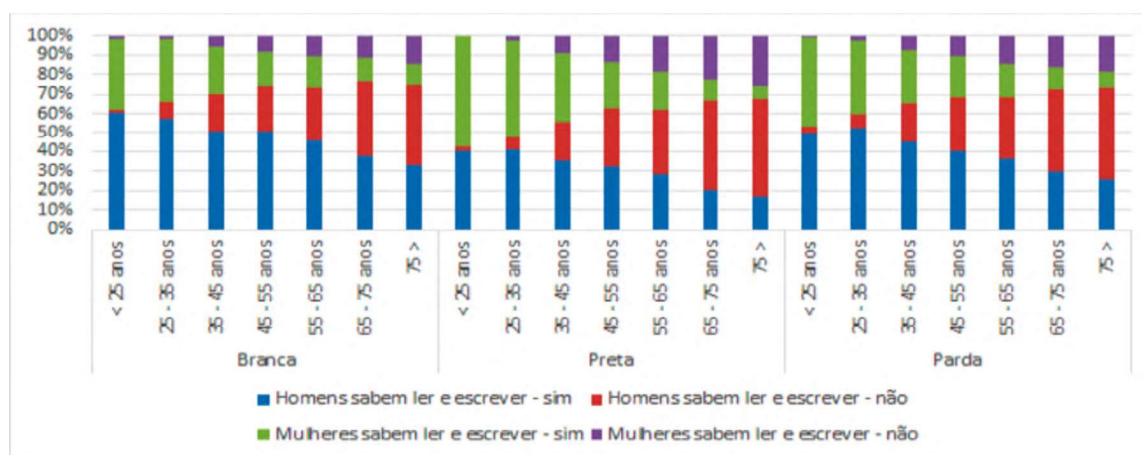
belecimentos agropecuários, o Território do Sisal possui 1.140.666 hectares, ocupando 55,9% da área do território. Destes, 575.963 pertencem à agricultura patronal (51%) e 564.703 à agricultura familiar (49%). Destaca-se ainda que a agricultura familiar é responsável por 77,8% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do território, quando comparamos com a agricultura não familiar ou patronal (IBGE, 2019).

Os sistemas de produção integrados ou quintais produtivos constituem importantes estratégias para a agricultura familiar frente ao acesso limitado à terra. Nos quintais produtivos, os agricultores familiares têm a possibilidade de consorciar diversas espécies alimentícias, ornamentais, frutíferas, leguminosas, medicinais e a criação de pequenos animais (Leonel, 2010). Tal estratégia já era apontada por Machado (2020), que demonstra que no Território do Sisal determinada parcela da população resistiu em virtude da diversificação de alguns sistemas de produção, da criação de caprinos e ovinos e da extensão de políticas sociais acessadas no meio rural, como, por exemplo, a política de benefícios previdenciários rurais.

No que se refere à condição do produtor em relação à terra, a grande maioria dos agricultores familiares do Território do Sisal são proprietários (93,6%), ou seja, detêm a posse da terra. Na região também há agricultores concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva (3,1%), ou seja, fazem uso da terra, mas não detêm a posse. Sobre essa questão, Machado (2020) chama a atenção para a necessidade de titulação de determinadas parcelas de terras ocupadas por minifúndios no território. Além dessas condições, também há um pequeno percentual de comodatários (1,4%); ocupantes (1,3%); parceiros (0,2%); e arrendatários (0,2%) (IBGE, 2019). Entre os agricultores proprietários, 91,7% estão classificados como “Pronaf B”, já que detêm renda bruta anual até R\$ 20 mil (IBGE, 2019).

Com relação ao perfil de gênero, a maior parte dos agricultores familiares do Território do Sisal (68,6%) é constituída por homens (são 30.922), e são 14.143 mulheres (31,4%). Quando correlacionado o percentual de gênero com a raça, tanto homens quanto mulheres, em sua maioria, são pardos, representando 43% e 20% do total, respectivamente, seguido por brancos, homens 17% e mulheres 6%; e pretos, homens 9% e mulheres 5%. Os percentuais entre indígenas e os declarados amarelos são muito baixos, juntos não alcançam 1% (IBGE, 2019).

Figura 2 – Correlação entre gênero, raça, idade e escolaridade – estabelecimentos rurais familiares (2017)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019).

Outro elemento importante a ser considerado na caracterização do perfil dos agricultores familiares do território refere-se aos que sabem ou não ler e escrever. Nesse sentido, também foi realizada correlação entre gênero, raça, idade e escolaridade (ver Figura 2). Os dados observados evidenciam que boa parte dos agricultores (homens e mulheres) se declaram pardos (63%) (IBGE,

2019). De modo geral, com relação aos que não sabem ler, os dados revelam que o percentual de agricultores homens que não sabem ler é de 44,8%, e entre as mulheres o percentual chega a quase 40%, sendo um cenário mais evidente entre agricultores, em ambos os gêneros, com idade acima dos 55 anos. O analfabetismo entre agricultores familiares configura-se pior entre a população preta (50,2%), seguido por pardos (45,2%) e entre brancos (39,5%), quando observamos esse índice por raça.

Entre todas as raças, considerando a análise por gênero, o percentual de mulheres que sabem ler é maior em relação aos homens. Já os agricultores familiares pretos, de ambos os gêneros, são os que menos sabem ler, sobretudo, entre os mais velhos. Importante frisar que mais da metade (55%) da agricultura familiar do Território do Sisal está acima dos 55 anos, sendo a população com menos de 35 anos representada por um percentual muito pequeno, com aproximadamente 9% (IBGE, 2019).

Esses percentuais revelam que a população do território, em sua maioria, está envelhecendo. Com o reduzido número de jovens, a sustentabilidade da agricultura familiar tende a ser afetada, comprometendo a sucessão familiar. Tal questão reivindica por uma agenda pública integrada a uma proposta de desenvolvimento rural sustentável inclinada à Educação do Campo e à valorização da juventude, enquanto população fundamental para a continuidade da agricultura familiar no campo.

4.2 A produção agropecuária no Território do Sisal

Os subsistemas imersos nos sistemas de produção são basilares para a reprodução dos meios de vida dos agricultores familiares. Por isso, cabe levar em consideração os desafios inerentes às atividades agrícola, pecuária e à extração vegetal no bioma Caatinga, já que muitas das fragilidades encontradas na produção familiar comprometem importantes condicionantes para que os agricultores fortaleçam suas capacidades de diversificação da produção e assumam um necessário protagonismo a partir da sua multifuncionalidade³.

As principais atividades desenvolvidas no território, localizado em uma região majoritariamente agrícola, com a maior parte da população vivendo no meio rural, ocorrem em torno da agropecuária, indústria e mineração. Dentre elas, destaca-se o cultivo do sisal (*Agave sisalana*), feijão, milho e mandioca, o extrativismo de subsistência (licuri, mangaba, umbu, castanha-de-caju), a pecuária (caprinos e ovinos) e a mineração (ouro, areia, arenoso, argila, cromo, pedra de revestimento e pedra ornamental) (Velloso; Valadares; Souza, 2007; Codes Sisal, 2010; Cruz, 2014; Oliveira, 2018).

Mesmo convivendo com os desafios dos longos períodos de estiagem, a agricultura familiar do Território do Sisal é responsável pela produção da maior parte dos principais alimentos, sejam esses consumidos pelas famílias agricultoras, sejam comercializados. É oportuno reforçar que, mesmo sob graves episódios de seca – como o ocorrido entre 2012 e 2017 –, apenas 4,5% dos estabelecimentos familiares da região semiárida não apresentaram produção no ano de 2017 (Silva *et al.*, 2020), período referência do Censo Agropecuário 2017. Na ocorrência desses períodos, agravam-se as condições de produção, impondo a necessidade de intervenção do Estado para suprir a deficiência hídrica e da renda no meio rural, o que nem sempre ocorre.

Assim, destacamos as Tabelas 1 e 2 para que seja possível observar dados da produção da atividade agrícola e do extrativismo vegetal separados da atividade pecuária, mas sem deixar de analisar determinadas relações entre essas atividades. A Tabela 1 é composta por dados sobre a extração vegetal e as principais atividades agrícolas desenvolvidas pela agricultura familiar do Território do Sisal, organizada por grupos e variáveis da produção e venda.

3 Sobre o estudo da multifuncionalidade da agricultura familiar no Território do Sisal, ver Machado (2020).

Tabela 1 – Extração vegetal e principais grupos de atividades agrícolas desenvolvidas pela agricultura familiar por variáveis produção e venda por lavouras selecionadas - Território do Sisal (2017)

Grupos	Produção (toneladas)	%	% médio produzido -agricultura familiar (*)	Valor produção (RS)	% médio vendido (**)	Valor venda (RS)
Extração vegetal	641	3,8%	76%	862.000,00	20%	87.000,00
Horticultura	1.128	6,6%	83%	4.728.000,00	92%	4.469.000,00
Lavouras permanentes	370	2,2%	60%	504.000,00	71%	345.000,00
Lavouras temporárias	14.831	87,4%	80%	24.176.000,00	31%	3.579.000,00
Total	16.970	100%	--	30.270.000,00	--	8.480.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019).

Notas:

* referenciais médios quando comparamos com a agricultura patronal.

** trata-se do percentual médio vendido pela agricultura familiar em relação ao total da produção (em toneladas) para cada grupo.

Os dados demonstram que as lavouras selecionadas⁴ para o grupo das lavouras temporárias (jerimum, amendoim, cebola, feijão preto, de cor, fradinho e verde, mandioca, melancia, melão e milho), são destacadas tanto pela quantidade produzida (~ 14,8 mil toneladas), quanto pelo percentual comercializado (~ 31%). Esse grupo de lavouras representa uma importante atividade para a segurança alimentar e nutricional das famílias produtoras, sendo a mandioca, o feijão fradinho e o feijão de cor, responsáveis por aproximadamente 57% do total produzido nesse grupo de lavouras, representando ainda cerca de 66% do total das receitas entre todas as lavouras temporárias selecionadas (IBGE, 2019).

No caso da extração vegetal (licuri, umbu, cajarana e outros produtos não especificados no Censo Agropecuário 2017), o percentual comercializado para essas culturas também foi baixo (~ 20%), mas contribuiu com a comercialização de 128 toneladas, que normalmente são transacionadas entre grupos de produção a partir das cooperativas locais, sendo transformadas em doces, cervejas artesanais e bijuterias, como no caso do licuri, tendo contribuído para as rendas não necessariamente agrícolas em 5,6% dos estabelecimentos rurais do território.

No Território do Sisal, uma das organizações que se destacam pela atuação em redes e pela consistência socioprodutiva, a partir do extrativismo vegetal, é a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária (Coopersabor), que contribui para a renda e ampliação dos meios de vida das famílias que vivem no município de Monte Santo, localidade destacada também pela produção de aproximadamente 27% do total das lavouras temporárias no território para o período observado no Censo Agropecuário 2017.

Já o grupo da horticultura⁵ foi responsável pela maior parte da comercialização na atividade agrícola, agregando valor às receitas dessa atividade, com destaque para o coentro e a alface, que contribuíram com 18% e 14% das receitas, respectivamente. Os grupos da horticultura e das lavouras permanentes⁶ estão distantes de serem os principais grupos com elevada produção, quando comparamos com o grupo das lavouras temporárias no período. No conjunto da produção agrícola, esses grupos são considerados “carros-chefe” na comercialização, haja vista que uma média de 92% (horticultura) e 71% (lavouras permanentes) foram comercializados pelas famílias, garantindo cerca de 57% do total da renda dos agricultores familiares na atividade agrícola. No entanto, a distribuição da receita média anual entre os estabelecimentos inseridos nesses grupos apresentou-se irrisória e totalizou uma média de R\$ 1.381,02 (horticultura) e R\$ 985,71 (lavouras permanentes), para o período observado (IBGE, 2019).

4 Para todos os grupos, consideramos a seleção de lavouras utilizadas na dieta humana e com volume de produção acima de 1 tonelada.

5 Lavouras selecionadas da horticultura: abobrinha, alface, batata-doce, cebolinha, cenoura, coentro, couve, pimentão, quiabo, salsa e tomate.

6 Lavouras selecionadas para o grupo das lavouras permanentes: caju (castanha e fruto), goiaba e laranja.

O panorama da atividade agrícola no Território do Sisal reforça aquilo que Ventura, Fernández e Andrade (2013) já observaram sobre o contexto produtivo da região semiárida, apontando que a insuficiência hídrica na região torna majoritário o modelo de produção para a subsistência. Já a concentração de renda, persistente na maioria dos territórios nordestinos, em certa medida, impede a constituição de mercados internos (Silva, 2006), o que, conseqüentemente, compromete o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais familiares, considerando que a produção para o abastecimento dos mercados locais depende de parcela dos investimentos mobilizados pelos próprios ativos agropecuários.

Ao analisar a produção agrícola na Tabela 1, não apresentamos dados – no caso das lavouras permanentes –, do agave (produzido para a obtenção da fibra do sisal) e da palma forrageira (no caso das lavouras temporárias), comumente utilizada para alimentação animal. Desse modo, foi possível observar a dinâmica de subsistência e comercialização dos alimentos voltados à nutrição humana, possibilitando analisar, separadamente, as culturas do agave e da palma, que apresentaram maior volume de produção entre todas as demais lavouras analisadas.

Especificamente sobre a palma, apenas 7,8% foram comercializados, estando sua produção concentrada nos municípios de Queimadas (25%) e Santaluz (24%), onde produziu-se uma média de 7,8% e 5% da bovinocultura, bem como 4,4% e 7,6% da ovinocaprinocultura do território, respectivamente (IBGE, 2019). A comercialização da palma foi responsável por 5,4% das receitas dos agricultores na atividade agrícola e concentra 73% da produção em seis municípios⁷. Entre os estabelecimentos rurais familiares que comercializaram a palma, a receita média anual obtida com a venda da lavoura foi de R\$ 340,65 (IBGE, 2019), indicando que a implantação de culturas forrageiras como a palma, altamente adaptável ao solo do semiárido, contribui para atividade pecuária, na criação de ovinos, por exemplo, cujo animal favorece o autoconsumo das famílias.

Já a produção do agave (sisal) concentra cerca de 85% da produção (~ 13 mil toneladas) em cinco municípios, sendo eles: Conceição do Coité (27,4%), Santaluz (20,8%), Araci (13%), Valente (13%) e Retirolândia (11,3%), correspondendo por aproximadamente 79% das receitas da agricultura familiar na atividade agrícola (~ 43,8 milhões)⁸, sendo o Território do Sisal o maior produtor de sisal do Brasil (IBGE, 2019).

Concentrando sua produção em apenas 7,2% dos estabelecimentos do território, o que reproduz uma nítida concentração da renda dentro do próprio conjunto de agricultores familiares – quando analisamos as rendas agrícolas –, a média da receita observada com a comercialização do agave, entre os estabelecimentos familiares, foi de R\$ 13.535,32, estando 41,6% dessas receitas vinculadas a estabelecimentos que têm entre 20 e 50 hectares (IBGE, 2019), o que representa apenas 13% do perfil dos estabelecimentos rurais familiares do território, visto que 52% dos estabelecimentos têm até 5 hectares, demonstrando que o sisal ainda é importante para a renda, mas tem favorecido agricultores que detêm maiores áreas.

Por sua vez, na Tabela 2, estão apresentados os dados correspondentes à produção das principais atividades pecuárias desenvolvidas pela agricultura familiar no território, distribuídas por categorias (cabeças, caixas e litros), por tipo e levando em conta as variáveis produção e venda.

7 Queimadas (25%), Santaluz (24%), Valente (8%) e Itiúba, Araci e Conceição do Coité com aproximadamente 6% cada (IBGE, 2019).

8 Os municípios que mais obtiveram receitas com a comercialização da fibra do agave foram: Conceição do Coité (26,8%), Santaluz (24,5%), Valente (12,2%), Retirolândia (11,6%) e Queimadas (10,4%) (IBGE, 2019).

Tabela 2 – Principais atividades pecuárias desenvolvidas pela agricultura familiar por tipo e variáveis produção e venda - Território do Sisal (2017)

Categoria	Tipo	Total	% produzido - agricultura familiar	% médio vendido	Valor venda (R\$)
Cabeças	Bovinos	167.097	56%	29%	61.884.000
	Caprinos	169.696	68%	43%	11.168.000
	Ovinos	375.244	75%	50%	31.119.000
	Suínos	31.419	79%	109%(*)	9.949.000
	Aves	788.000	66%	172%(*)	6.226.000
	Subtotal	1.531.456	--	--	120.346.000
Caixas	Apicultura	7.817	77%	(**)	987.000
	Subtotal	7.817	--	--	987.000
Litros	Leite de vaca	30.109.000	68%	57%	22.313.000
	Leite de cabra	1.204.000	88%	57%	1.144.000
	Subtotal	31.313.000	--	--	23.457.000
Total	32.852.273	--	--	--	144.790.000

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019).

Notas:

* O período de referência do Censo Agropecuário 2017 compreende entre 01/10/2016 e 30/09/2017, e os animais estavam no estabelecimento do produtor na data de referência 30/09/2017, podendo ter um número efetivo de animais menor que a quantidade vendida, já que o período analisado é maior que a data de referência.

** No caso da apicultura, o valor de referência está representado em toneladas (mel), e a quantidade de animais é estabelecida por número de caixa de colmeias, tendo vendido 88 toneladas de mel para o período.

De modo geral, a atividade pecuária tem grande representatividade econômica, social e cultural para os agricultores do Território do Sisal, basta ver a presença de rebanhos considerados rústicos e de fácil adaptação às regiões semiáridas e os recursos monetários mobilizados pelos agricultores quando comercializam dentro dessas cadeias (R\$ 144,7 milhões).

O número de cabeças de bovinos nos estabelecimentos da agricultura familiar, inclusive, mostrou-se superior em relação ao plantel da agricultura não familiar, exceto nos municípios de Candeal, Lamarão, Queimadas, Santaluz e Valente, estando a pecuária bovina presente em 36% dos estabelecimentos do território. No Território do Sisal, a pecuária bovina representou o maior volume de receitas entre os pecuaristas familiares, e convém reforçar que 55% das receitas obtidas com a comercialização de bovinos concentrou-se em oito municípios: Araci, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Quijingue e Tucano, considerando a data referência do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

A produção de leite de vaca foi a segunda atividade pecuária que apresentou melhor desempenho nas receitas quando observamos a Tabela 2, visto que foram produzidos mais de 30 milhões de litros, gerando uma receita de pouco mais de 22,3 milhões de reais. Porém, os dados mostram que 49% dessa receita concentrou-se em estabelecimentos rurais familiares do território com tamanhos entre 10 a menos de 50 hectares (IBGE, 2019).

Especialmente no caso das famílias que criam galináceos (grupos de cabeças de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos), essa atividade distribui-se em pouco mais de 61% dos estabelecimentos rurais familiares e indica um importante condicionante alimentar para o consumo das famílias, tendo respondido, no período, por 4% do total da renda entre as atividades pecuárias (IBGE, 2019). Mesmo que os percentuais de comercialização da produção tenham se apresentado relativamente baixos, no conjunto das atividades agrícola e pecuária há um nítido movimento inclinado ao autoconsumo, mas sem deixar de interagir nos mercados locais, já que a diversificação observada nessas atividades tem forte relação com a multifuncionalidade da agricultura familiar no território (Machado, 2020), permitindo recusar, em certa medida, um processo de mercantilização que “monetariza” as relações sociais (Perondi, 2009).

Quanto à distribuição da produção, relativa às atividades agrícola, pecuária e de extração vegetal entre os municípios do território (ver Figura 3), percebe-se uma certa concentração do volume produzido (toneladas) no território para as atividades agrícolas em alguns municípios, a exemplo de Monte Santo, Tucano, Quijingue, Serrinha, Araci, Cansanção e Biritinga, que, juntos, produziram aproximadamente 84% do volume total nessa atividade, não considerando a palma e o agave. Já na atividade pecuária, houve uma certa dispersão da produção entre os municípios, tendo um número maior de cabeças (ovinos, caprinos e bovinos) concentrado (~ 43%) em três municípios: Monte Santo, Tucano e Quijingue.

Figura 3 – Distribuição da extração vegetal, produção agrícola das lavouras selecionadas e efetivo da pecuária por municípios – Território do Sisal (2017)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019).

Os mercados da agricultura familiar nesse território estão conformados em *níveis* locais/territoriais e consistem em feiras, “armazéns” e centrais de cooperativas – a exemplo da Arco Sertão –, em mercados institucionais⁹ e, mais recentemente, em mercados digitais, modalidade de integração surgida no período da pandemia provocada pela Covid-19, a exemplo do Mercado da Agricultura Familiar (Mercaf)¹⁰.

Assim, a reprodução dos meios de vida da agricultura familiar, sobretudo, quando estamos a discorrer sobre esse contexto em um mundo altamente capitalista e globalizado, tem em si os arranjos territoriais como uma oportunidade de (re)orientação produtiva não exclusivamente influenciada pela especialização da produção ou pela maximização do lucro. Assim, Long (2001) defende a importância de uma combinação equilibrada entre as atividades de subsistência com o mercado, tornando a agricultura de base familiar capaz de estabelecer autonomia e consolidar a sua vocação para desempenhar funções não necessariamente monetárias. Desse modo, os valores socioculturais incutidos na agricultura familiar reafirmam a identidade desses atores na criação de redes (trocas de gêneros agrícolas e sementes, partilha de conhecimentos etc.) e a partir da conservação da biodiversidade através de práticas agroecológicas, por exemplo.

9 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

10 <https://www.mercaf.com.br/>.

4.3 Práticas de cultivo agrícola e manejo da vegetação natural pela agricultura familiar do Território do Sisal

As práticas de cultivo agrícola e o manejo da vegetação natural são primordiais para a consecução da reprodução socioeconômica e, fundamentalmente, para a sustentabilidade ambiental. Portanto, “as práticas agrícolas se referem às diversas formas e meios de trabalho que o ser humano cria e utiliza na relação com a natureza para viabilizar a agricultura” (Silva *et al.*, 2020, p. 330). Ainda há práticas de cultivo agrícola (ver Tabela 3) consideradas “contraditórias” no Território do Sisal, uma vez que as atividades desenvolvidas apresentam técnicas compreendidas como insustentáveis, haja vista o conjunto de estabelecimentos familiares que ainda reproduzem formas de cultivos convencionais (42,9%). Por outro lado, existem agricultores que desenvolvem sistemas de produção mais sustentáveis, a exemplo dos sistemas agroflorestais (SAFs) (14,8%).

Chamam a atenção os números de estabelecimentos familiares que já desenvolvem adubação orgânica (29,6%) e que não utilizam agrotóxicos (94,7%) (IBGE, 2019). Entre os que não utilizam agrotóxicos, 46% estão vinculados a alguma entidade de classe, seja cooperativa, sindicato, associação ou movimento de produtores (IBGE, 2019). Sobre essa questão, Vale (2003) aborda a importância do associativismo na agricultura familiar como uma expressão comunicativa e solidária para se contrapor à lógica dos pacotes tecnológicos.

Tabela 3 – Práticas de cultivo agrícola e manejo da vegetação natural e relação com orientação técnica

Atividades	Estabelecimentos	(%)	% recebe orientação técnica
Práticas e manejo			
Plantio em nível	955	2,1%	20%
Rotação de culturas	3.636	8%	12%
Pousio	6.208	13,7%	12%
Proteção e/ou conservação de encostas	104	0,2%	26%
Recuperação de mata ciliar	45	0,1%	22%
Reflorestamento para proteção de nascentes	10	0,02%	50%
Estabilização de voçorocas	35	0,08%	23%
Manejo florestal	184	0,4%	16%
Sistemas agroflorestais	6.671	14,8%	10%
Cultivo convencional	19.333	42,9%	10%
Cultivo mínimo	10.012	22%	9%
Realizou preparo do solo	28.664	63,6%	10%
Uso de calcário e/ou corretivos do pH do solo	264	0,6%	20%
Plantio direto na palha	188	0,4%	9%
Outra	13.691	30,4%	12%
Adubação			
Adubação química	2.284	5,07%	5%
Adubação orgânica	13.336	29,6%	14%
Adubação química e orgânica	743	1,6%	12%
Não fez adubação - não costuma fazer adubação	24.913	55,3%	7%
Uso de agrotóxicos			
Utilizou agrotóxico	2.388	5,3%	11%
Não utilizou agrotóxico	42.677	94,7%	9%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019).

A Tabela 3 permite inferir que o alcance de um projeto de desenvolvimento rural sustentável que priorize práticas agroecológicas e oportunize o surgimento de sistemas agroalimentares mais sustentáveis ainda é uma realidade distante. Muitas organizações que atuam no território, a

exemplo da Fundação APAEB, do Movimento de Organização Comunitária (MOC), da Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES), do Codes Sisal, sindicatos e outros, têm contribuído, em certa medida, para estimular mudanças socioprodutivas na agricultura familiar do território (Machado, 2020). No entanto, essas organizações se deparam com alguns desafios, uma vez que determinadas transformações demandam por investimentos públicos em tantos outros setores na própria agricultura familiar. Especialmente no caso do Codes Sisal, Silva (2016) destaca que a estrutura político-decisória desse conselho é seletiva, pois centraliza decisões de interesses de grupos políticos. O autor ainda discorre sobre uma falta de coesão política e de autonomia das instâncias representativas da sociedade civil (Silva, 2016).

Sobre o importante papel exercido pela ATER, cabe então direcioná-la a se aproximar de uma *praxis* ajustada ao território e seus ecossistemas (Saquet, 2019). Tendo em vista que a capilaridade da ATER se torna um campo de ação capaz de instrumentalizar a agricultura familiar para modificar seus sistemas de produção, é importante considerar que o campo da sustentabilidade demanda por etapas sólidas e, portanto, requer suportar a ATER a partir de uma intersetorialidade entre políticas públicas (Lopes, 2022), consoante à criação/ampliação dos mercados locais/territoriais para a agricultura familiar. Especialmente no caso do Território do Sisal, muitas entidades têm executado políticas de ATER “na ponta” através de chamadas públicas que são promovidas pelo governo do estado, estando ambientadas sob um novo arranjo político voltado à agroecologia. No entanto, ainda se trata de um recente marco político-institucional da ATER no estado, e os efeitos dessas políticas demandam por novos e consistentes estudos.

4.4 Rendas, redes e políticas públicas

A agricultura familiar do Território do Sisal, apesar de dispor de limitada quantidade de terras, quando comparada com a agricultura patronal, tem a agropecuária como importante atividade, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. De acordo com dados do IBGE (2019), para 53,3% dos estabelecimentos, a finalidade principal da produção agropecuária é o consumo próprio e das pessoas com laços de parentesco com o produtor. Já para aproximadamente 46,7% dos agricultores, a produção é destinada à comercialização, incluindo troca ou escambo. Ou seja, para além dos alimentos produzidos e consumidos pela família, a agricultura familiar do território também movimenta a economia da região.

Os produtos da agricultura familiar podem ser comercializados tanto em mercados convencionais quanto em mercados “específicos” voltados à categoria. De acordo com Anjos *et al.* (2020), as formas alternativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar têm crescido nas últimas décadas, utilizando-se, muitas vezes, das cadeias curtas em contraposição às cadeias longas, predominantes do modelo agroindustrial, como os mercados institucionais e as feiras agroecológicas. Importante destacar que no Território do Sisal há um Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária onde são comercializados produtos de diferentes empreendimentos da agricultura familiar do território, além de beneficiar agricultores localizados em outros territórios (Lima *et al.*, 2022).

A comercialização dos produtos da agricultura familiar no território constitui uma importante fonte de renda para as famílias. Para 21,2% dos agricultores, os rendimentos gerados a partir da comercialização dos produtos superam a renda das outras atividades desenvolvidas no estabelecimento. No entanto, para a maioria (78,7%), essa renda é inferior às demais atividades, representando, portanto, uma complementação às distintas atividades desenvolvidas na propriedade (IBGE, 2019), demonstrando que parte dos agricultores familiares também combinam mais de uma forma de renda, haja vista o desafio para obter renda exclusivamente na atividade agrícola e a necessidade em garantir a segurança alimentar e nutricional da família.

O acesso aos mercados é uma das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar. Assim, faz-se necessário adotar estratégias que contribuam para minimizar essa dificuldade e garantir a

sustentabilidade das atividades dos agricultores. Nesse sentido, Anjos *et al.* (2020) afirmam que a sustentabilidade da agricultura familiar depende da agregação de valor aos seus produtos e serviços e que, para alcançar esse patamar, a organização dos agricultores em formato associativo é fundamental. Segundo as autoras, nas últimas décadas, “[...] o cooperativismo tem sido colocado como uma importante estratégia para a promoção do desenvolvimento e para a superação da pobreza, através da mobilização de recursos locais, especialmente no espaço rural” (Anjos *et al.*, 2020, p. 89).

As diferentes formas associativas representam alternativas importantes à resiliência da agricultura familiar. De acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, 51,9% dos agricultores familiares do Território do Sisal são associados a algum tipo de organização. Dentre as principais organizações, há entidades de classe/sindicatos, associação de moradores, associação/movimentos de produtores e cooperativas. Assim, o tecido social do Território do Sisal demonstra um distinto papel na constituição de redes e experiências coletivas no âmbito da agricultura familiar, expondo uma dinâmica própria enquanto “[...] espaço de emergência dos movimentos sociais camponeses contra a oligarquia capitalista latifundiária” (Machado, 2020, p. 317), tendo o associativismo e o cooperativismo como importantes instrumentos voltados à busca pela superação de determinadas carências no meio rural.

A pesquisa realizada por Anjos *et al.* (2020) no Território do Sisal evidenciou que o número de associados a cooperativas no território aumentou cerca de 67%, quando comparado ao Censo Agropecuário realizado em 2006. A expansão do cooperativismo da agricultura familiar no território e a articulação das organizações em rede “[...] constituíram um diferencial no processo organizativo e na inserção nos mercados institucionais que não se aproxima dos demais territórios em seu entorno” (Anjos *et al.*, 2020, p. 97).

O fortalecimento da agricultura familiar perpassa também pelo acesso às políticas públicas, fundamentais à sua sustentabilidade. Dentre elas, destacam-se a ATER e o acesso ao crédito, a exemplo do Pronaf. Apesar da importância do serviço de ATER para a categoria, 90,9% dos agricultores familiares do Território do Sisal não receberam orientação técnica (IBGE, 2019). Segundo Costa e Teixeira (2016), famílias que vivem no meio rural, portadoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), podem ser beneficiárias diretas das ações de ATER. De acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, 48,5% dos agricultores familiares do território possuíam DAP em 2017. No entanto, apenas 9,1% receberam orientação técnica, oferecida, sobretudo, pelo governo em suas diferentes instâncias (federal, estadual ou municipal) e por cooperativas (IBGE, 2019).

Além da ATER, o acesso a financiamentos também é fundamental para o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar. Contudo, apenas 13,6% dos agricultores do território obtiveram algum tipo de financiamento que, em sua maioria, foi destinado para investimentos e manutenção do estabelecimento. No que se refere à fonte de financiamento, a grande maioria foi financiada por bancos (IBGE, 2019). No caso do Pronaf, apenas 3% dos agricultores acessaram o Programa no território. O baixo número de acesso pode estar associado à redução de recursos destinados ao Programa. Conforme destacado por Alves (2021), “o Pronaf é um exemplo do impacto gerado pela redução dos investimentos federais nas políticas públicas para a agricultura familiar, na Bahia, que teve uma redução de quase 50% no número total de contratos efetivados entre os anos de 2013 e 2017”, e, conseqüentemente, essa redução afetou as contratações nos territórios do estado.

Embora o Pronaf seja um dos programas mais importantes para a agricultura familiar, ainda perdura um modelo de crédito rural conservador, uma vez que parte das linhas de crédito reproduz práticas do difusionismo agrícola¹¹ iniciado a partir de 1960, concentrando a maior parte dos recursos na Região Sul (Lopes; Almassy Junior, 2023). Isso ocorre mesmo o estado da Bahia detendo o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar do país e apresentando um perfil

¹¹ Sobre essa questão, ver ANDRADE, A.A.X. *et al.* Do difusionismo às novas perspectivas da extensão rural: ações extensionistas em Ibitiara-BA. Uniara, v. 16., n. 2, 2013.

de agricultores, em sua maioria, empobrecidos e que demandam por investimentos e ATER para a consecução de projetos, em todos os sentidos, sustentáveis.

4.5 Infraestrutura e disponibilidade de recursos hídricos

Quanto à infraestrutura disponível nos estabelecimentos rurais familiares, dados do Censo Agropecuário 2017 demonstram que a existência de energia elétrica ainda é um desafio público a ser superado, pois aproximadamente 27% dos estabelecimentos do Território do Sisal não dispõem desse serviço de necessidade básica, fundamental para a reprodução de vida. Assim, 77% dos agricultores familiares, entre os que não contam com energia elétrica nos seus estabelecimentos, moram em outras localidades, fora do estabelecimento, já que persiste a complexidade para habitar em espaços sem a disponibilidade de energia elétrica.

Quanto à disponibilidade de equipamentos e infraestrutura nos estabelecimentos rurais familiares, existe uma pequena disponibilidade dessas “ferramentas” em boa parte das propriedades. Assim, pouco mais de 81% dos equipamentos (tratores, semeadeira, colheitadeiras e adubadeiras, por exemplo) estão concentrados em estabelecimentos familiares que têm de 20 até 200 hectares, sendo que 77% estão dispersos em propriedades que desenvolvem a pecuária, assim como os armazéns convencionais ou silos (70%) (IBGE, 2019), sugerindo que esses equipamentos podem estar sob domínio de agricultores mais capitalizados.

Quanto à disponibilidade de recursos hídricos, o tipo mais acessado por 59% dos agricultores são as cisternas, seguido por rios ou riachos protegidos ou não por matas (23%) e poços convencionais (12%), sendo esses recursos utilizados para uso próprio da família ou nas lavouras. A maior parte dessas cisternas (~ 70%) são acessadas por agricultores familiares do grupo de atividade econômica da pecuária. Já entre o grupo de atividade econômica das lavouras temporárias, 77,4% detêm algum tipo de poços ou cisternas nos estabelecimentos e 22,6% acessam recursos hídricos a partir de nascentes, rios ou riachos, protegidos ou não por matas. Pereira (2020, p. 193) aponta que as cisternas podem ser consideradas tecnologias sociais e são classificadas em “[...] cisternas de enxurrada, cisterna calçadão, barragem subterrânea, tanques de pedra, barreiros trincheira e cisterna telhadão multiuso”.

Entre os estabelecimentos rurais familiares do Território do Sisal que utilizam a irrigação, boa parte desses agricultores não faz uso de métodos adequados de sistemas de irrigação, o que pode comprometer o uso racional da água nos sistemas de produção, os princípios da sustentabilidade e a sua conciliação com o desenvolvimento econômico (Testezlaf, 2017). Desse modo, os agricultores familiares do território apresentam limitações quando analisamos que pouco mais de 71% dos que fazem uso da irrigação ainda utilizam o método “molhação” como técnica principal. Por sua vez, os agricultores familiares que utilizam outros mecanismos de irrigação (gotejamento, microaspersão ou aspersão convencional) totalizam 23%. Em regiões com alto déficit hídrico, a agricultura de sequeiro torna-se a principal atividade no meio rural (Costa *et al.*, 2021), ou seja, quando dependem da água da chuva para a produção (Testezlaf, 2017).

É importante destacar a importância da criação e manutenção de políticas de incentivo à convivência com a seca, evidenciando as cisternas de placas, tanto na modalidade de primeira água, voltada para o consumo das famílias, quanto para as de segunda água, também denominadas de cisternas de produção, cuja principal finalidade é o cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais (Pereira, 2020). Essas tecnologias sociais, destinadas ao armazenamento de água, são fundamentais para minimizar os efeitos sentidos em decorrência da escassez hídrica, resultante da constante variabilidade do clima na região. No entanto, para que sejam utilizadas de modo eficiente e efetivo, necessitam estar acompanhadas dos serviços de ATER que, conforme foi observado anteriormente, ainda são uma fragilidade no estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo Agropecuário 2017 apresenta restrições, considerando que a sua base de dados está muito mais mergulhada em detalhar as atividades agrícola e pecuária do que propriamente revelar uma visão mais sistêmica a respeito da estrutura de inclusão produtiva dos agricultores em seu sentido mais amplo.

As evidências observadas neste estudo demonstram que as atividades agrícola e pecuária no território são bastante diversificadas, tendo um relevante valor socioproductivo para a agricultura familiar *sisaleira*, representando um importante condicionante de reprodução social e econômica, considerando a sua capacidade de mobilizar renda, e, apesar dos limites, essas atividades contribuem significativamente para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Nessas atividades, percebe-se que a atividade agrícola é, essencialmente, destinada ao autoconsumo, e a atividade pecuária mobiliza maiores volumes de recursos, embora as atividades pecuárias mais rentáveis estejam concentradas em um conjunto de estabelecimentos rurais familiares com maiores parcelas de terra, correspondendo a uma realidade muito próxima ao contexto socioproductivo do próprio estado da Bahia e da Região Nordeste.

Há uma conjuntura assimétrica dentro do próprio conjunto de agricultores familiares no Território do Sisal, considerando os diferentes perfis de agricultores e contextos sobre o uso da terra. Alguns agricultores estão mais capitalizados e integrados aos mercados, outros, por sua vez, estabelecem uma relação ainda discreta com os mercados locais, mas têm na agricultura uma forma de sobrevivência e autoconsumo, já que são agricultores com destacada fragilidade financeira e restrições na sua infraestrutura hídrica. Esse cenário ainda é reflexo da incipiência (ou ausência) de determinadas políticas agrícolas e agrárias para essa categoria de agricultores ou mesmo de limites quanto ao acesso às políticas voltadas à agricultura familiar.

Outra importante evidência deste artigo nos leva a perceber que, de modo geral, o cenário de envelhecimento da agricultura familiar brasileira também está presente no Território do Sisal, visto que os agricultores familiares estão dentro de uma faixa etária relativamente avançada, e os jovens ocupam uma minoria entre as classes de idade nesses estabelecimentos rurais. Há, ainda, um significativo baixo nível de escolaridade entre os agricultores, sobretudo, entre os mais velhos, persistindo uma certa estagnação dos indicadores de desenvolvimento humano, o que mantém um perverso ciclo de restrições socioeconômicas para muitas famílias.

As rendas oriundas de governos, tais como bolsa família, aposentadorias, entre outras, estabelecem uma importante condição para a reprodução social das famílias que desenvolvem atividades agropecuárias sob condições precárias. Muitas famílias ainda dependem de outras políticas públicas para o fortalecimento das suas estratégias de vida no campo, na medida em que sem a ação pública, dificilmente seria possível desenvolver atividades agrícola ou pecuária, considerando que, quando desintegrados dos mercados, parte desses agricultores dependem de recursos externos para estimular suas atividades. Ademais, as redes e a capacidade organizativa da agricultura familiar do território, somadas à riqueza e diversidade produtiva, social e cultural nele presentes, reivindicam por políticas públicas adequadas à sua realidade, tal como a ATER, tão importante, mas com baixa capilaridade e pífios níveis de investimentos públicos, somados à sua recente trajetória de desmantelamento. Esse cenário é determinante também para o fortalecimento da agricultura familiar frente às ameaças do capital hegemônico e às mudanças climáticas que têm assolado a humanidade neste século.

Obviamente este artigo apresenta limites, seja pelo seu objetivo pretendido ou pelos limites de dados encontrados no percurso deste estudo. Isso requer um esforço para que outras pesquisas sejam desenvolvidas no território, considerando as múltiplas dinâmicas que requerem contínuas observações (inclusão produtiva, sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, sucessão rural, entre outras) e pela contribuição que esses estudos podem oferecer, não somente à comunidade

acadêmica e sociedade, mas sobretudo, para a formulação de políticas públicas em territórios marcados pela pobreza e pelo fenômeno da seca.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. L. S. **Políticas públicas para agricultura familiar na Bahia**: avanços e retrocessos frente à dinâmica da gestão pública federal. Dissertação (Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, 2021.

ANJOS, E. G. *et al.* Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**,

Santa Maria, RS, v. 7, n. 14, jul./dez. 2020.

AQUINO, J. R. *et al.* Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. NE**, v. 51, suplemento especial, p. 113-131, 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Semiárido brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/insa/semiario-brasileiro>. Acesso em: jan. 2021.

CODES SISAL. Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal**. Bahia. 2010.

COSTA, F. X. *et al.* Água redisuária e biossólido na agricultura: em enfoque no semiárido. *In*: COSTA, F. X. *et al.* (orgs.). **Alternativas de disponibilidade e uso dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável do semiárido**. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

COSTA, T. P.; TEIXEIRA, L. S. ATER no semiárido: um encontro de possibilidades e desafios para o desenvolvimento rural do território de identidade Sertão São Francisco- Bahia. **Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 4, n. 2. 2016.

CRUZ, D. U. **O Estado Brasileiro e a política pública de desenvolvimento territorial**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (Dissertação de Mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2014.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes**, Campina Grande, v. 38, n. 1, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia rural**, Piracicaba, vol. 52, supl. 1, p. 125-S146, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=29&search=bahia>. Acesso em: 05 jun. 2022.

IBGE/SIDRA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 03 jun. 2022.

LEONEL, J. C. **Quintais para a vida**: agroecologia e convivência com o semiárido. Fortaleza: CETRA, 2010.

LIMA, S. L.; COELHO NETO, A. S. Território do Sisal-Bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos ativismos sociais. **Geografares**, p. 51-71, jan./jun. 2017.

LIMA, V. F. *et al.* O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha: importâncias e contribuições para a comercialização no Território do Sisal. **Revista Cadernos Macambira**, v. 7, n. Especial, 2022.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LOPES, M. R. C. A. Assistência Técnica e Extensão Rural: uma agenda para o desenvolvimento rural sustentável. In: VELLOSO, T. *et al.* (orgs.). **Educação, ATER e Cooperativismos**: processos, contextos sociais e aprendizagem. Salvador: Editora Pinaúna, 2022.

LOPES, M. R. C. A.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O financiamento da produção sustentável na agricultura familiar: uma análise do PRONAF no estado da Bahia. **Desenvolvimento Regional em Debate – DRd**, v. 13, 2023.

MACHADO, G. B. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**: a diversificação das atividades no sertão do semiárido da Bahia, Brasil. Curitiba: CRV, 2020.

MACIEL, C.; PONTES, E. T. **Seca e Convivência com o semiárido**: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Rupturas na transição agroecológica: mudança institucional e desmantelamento das políticas públicas no Brasil. **Preprint**, 2021.

OLIVEIRA, R. R. D. **A política de desenvolvimento territorial sustentável no Território do Sisal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

PEREIRA, G. P. **"Parece que o sol baixou"**: percepção e estratégias de enfrentamento de agricultores familiares frente às mudanças climáticas em Baixa Grande - Bahia - Brasil. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2020.

PERONDI, M. A. Mercantilização da Agricultura familiar. In: BASSO, D.; SCARIOT, N. (orgs.). **Gestão da unidade de produção e vida familiar**: gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo. 1 ed. Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2009.

TESTEZLAF, R. **Irrigação**: métodos, sistemas e aplicações. Campinas, SP: Unicamp, 2017.

SAQUET, M. A. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. **AGEI - Geotema**, Suplemento, p. 5-16, 2019.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**. v. 2. Salvador: SEI, 2016.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Indicadores Territoriais**. Secretaria de Planejamento - Governo do Estado da Bahia. 2017.

SILVA, F. P. M. O Território do Sisal. *In*: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. S. (orgs.) **As Políticas Territoriais Rurais e a Articulação Governo Federal e Estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, R. M. A. *et al.* Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 314-338, dez. 2020.

VALE, A. P. **Associativismo e produção orgânica como uma alternativa para a agricultura familiar**: o caso Aruatã. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia) – CEFET-PR, Curitiba, 2003.

VELLOSO, T. R.; VALADARES, J. H.; SOUZA, J. R. Mulheres de Fibra: a experiência do artesanato tradicional no Território do Sisal da Bahia. *In*: V Encontro Internacional de Ecosol: “O Discurso e a Prática da Economia Solidária”. **Anais...** USP, São Paulo, 2007.

VENTURA, A. C.; FERNANDÉZ, L.; ANDRADE, J. C. S. Tecnologias Sociais para o enfrentamento **às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições**. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 213-238, jun. 2013.